Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro

André Luis Amorim de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)
Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
andre13tl@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê Geografia e Marxismo

Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro

Resumo

Este ensaio discute a "presença-ausência" de Leon Trotsky na Geografia Crítica brasileira, entendida como a circulação de formulações próximas à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC), acompanhada de reconhecimento genealógico e apropriação político-estratégica desiguais. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, examina as relações entre repressão stalinista, institucionalização de um marxismo oficial e circuitos brasileiros de difusão do marxismo. Analisa referências à filosofia soviética na renovação crítica e confronta apropriações da TDDC em Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves, em diálogo com Marques (2022, 2025). Examina também escritos de Marcos Aurélio da Silva e Elias Jabbour, considerando o uso de Stálin como referência teórica, as avaliações favoráveis de sua atuação política e as aproximações argumentativas com o neostalinismo discutido por Maestri (2020). Identifica elaborações geográficas substantivas e diferenças no reconhecimento da autoria e na articulação com a problemática revolucionária de Trotsky. Conclui que a marginalização do trotskismo constitui uma condição histórica relevante dessa recepção, embora sua incidência sobre escolhas intelectuais específicas exija documentação adicional. A análise articula condições políticas de circulação e mediações disciplinares, preservando a autonomia das elaborações geográficas.
Palavras-chave: Trotsky; stalinismo; Geografia; marxismo; violência.

A specter haunts Critical Geography: Stalinist violence and the contradiction of Trotsky's "presence-absence" in Brazilian geographical thought

Abstract

This essay discusses the "presence-absence" of Leon Trotsky in Brazilian Critical Geography, understood as the circulation of formulations close to the Theory of Uneven and Combined Development (TUCD), accompanied by unequal genealogical recognition and political-strategic appropriation. Through a literature review and documentary analysis, it examines the relationships between Stalinist repression, the institutionalization of an official Marxism, and Brazilian circuits of Marxist dissemination. It analyzes references to Soviet philosophy in the critical renewal of Geography and confronts appropriations of the TUCD in the works of Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, and Carlos Walter Porto-Gonçalves, in dialogue with Marques (2022, 2025). It also examines writings by Marcos Aurélio da Silva and Elias Jabbour, considering the use of Stalin as a theoretical reference, favorable assessments of his political actions, and argumentative affinities with the neo-Stalinism discussed by Maestri (2020). It identifies substantive geographical elaborations and differences in the recognition of authorship and in the articulation with Trotsky's revolutionary problematic. It concludes that the marginalization of Trotskyism constitutes a relevant historical condition of this reception, although its impact on specific intellectual choices requires additional documentation. The analysis articulates political conditions of circulation and disciplinary mediations while preserving the autonomy of geographical elaborations.
Keywords: Trotsky; Stalinism; Geography; Marxism; violence.

Introdução

"[...] the ghostly presence that comes from absence [...]"
Tim Cresswell (2016)

O surgimento da Geografia Radical e a consolidação de diferentes vertentes da Geografia Crítica, entre o final dos anos 1960 e os anos 1970, articularam transformações disciplinares à radicalização política daquele período. As críticas à tradição descritiva e aos pressupostos positivistas da revolução quantitativa questionaram a pretensão de compreender as configurações espaciais independentemente das relações sociais e de suas determinações históricas (Peet, 1977; Barnes, 2009; Moraes, 2009). A criação da *Antipode*, em 1969, e a crítica de Lacoste às relações entre Geografia e poder expressaram esse movimento. A crítica da economia política ampliou a investigação das relações entre espaço, trabalho, propriedade, Estado e acumulação, em um campo que permaneceu teoricamente plural (Peet, 1977; Harvey, 1980; Lacoste, 2012).

No Brasil, a renovação crítica intensificou-se no final dos anos 1970, incorporando o marxismo e a análise da produção social do espaço (Moura et al., 2008; Batista; Salvi, 2002). Nesse processo, a recepção de Leon Trotsky e da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC) apresentou caminhos desiguais, seletivos e frequentemente indiretos, com diferenças no reconhecimento de sua origem teórica e na apropriação de sua dimensão político-estratégica (Marques, 2022). O ensaio investiga duas questões: como se constituíram as condições históricas, políticas e disciplinares dessa recepção? E quais padrões de apropriação da TDDC podem ser identificados nas obras selecionadas e no levantamento de Marques (2025), referente a 1997–2020?

O caráter geográfico do problema reside na circulação espacialmente desigual das obras e na articulação entre escalas mundiais, nacionais e locais. A Internacional Comunista, os partidos, as editoras e as instituições universitárias constituíram circuitos de difusão, seleção e legitimação das tradições marxistas. Partindo da reconstrução dos caminhos de recepção realizada por Marques (2022), este ensaio examina a repressão stalinista, a institucionalização

de um marxismo oficial e a desigualdade dos circuitos editoriais e formativos no Brasil, confrontando essas condições com as mediações próprias da produção geográfica.

A hipótese é que a perseguição a Trotsky e a marginalização do trotskismo restringiram a circulação de suas obras e ideias e, em interação com trajetórias institucionais e escolhas disciplinares, podem ter contribuído para uma recepção fragmentária. A "presença-ausência" designa a circulação de formulações próximas à TDDC, acompanhada de reconhecimento genealógico e apropriação político-estratégica desiguais. Essa relação constitui uma hipótese de condicionamento histórico: a documentação examinada sustenta a repressão e a desigualdade de circulação, mas não comprova sua incidência sobre cada escolha intelectual.

O ensaio examina também certos aspectos da tese de Jabbour (2010) e os escritos de Silva (2011), considerando sua participação na reinterpretação contemporânea de Stálin. Em diálogo com Maestri (2020), investiga como a valorização de realizações soviéticas, o tratamento da repressão e a representação das oposições marxistas podem contribuir para legitimar prioridades políticas no presente. Os efeitos desses escritos sobre seus leitores e sobre a recepção disciplinar de Trotsky permanecem uma questão de investigação.

A pesquisa combina revisão bibliográfica e análise documental. O corpus compreende obras de Trotsky e estudos sobre burocratização soviética, stalinismo e Internacional Comunista; documentos e pesquisas sobre a difusão do marxismo no Brasil; o levantamento de Marques e obras selecionadas de Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves; e os escritos contemporâneos anteriormente indicados. Distinguem-se referências explícitas, vínculos documentados e aproximações conceituais propostas pelo ensaio, pois a convergência entre formulações não demonstra, isoladamente, influência histórica.

A análise da filosofia soviética diferencia circulação bibliográfica, apropriação conceitual de categorias do materialismo dialético soviético (*diamat*), adesão doutrinária marxista-leninista e identificação político-estratégica com o stalinismo. Cada nível exige evidências próprias. As apropriações da TDDC são examinadas segundo três eixos: reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica. O primeiro identifica fontes, mediações e omissões de autoria; o segundo verifica os mecanismos

de combinação de relações sociais e temporalidades heterogêneas sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo; o terceiro considera suas consequências para classes, alianças, tarefas revolucionárias e escalas de ação.

Esses eixos permitem distinguir a redução dos mecanismos explicativos da TDDC, a omissão de sua genealogia e o deslocamento de sua problemática político-estratégica. Permitem também reconhecer que uma elaboração geográfica pode apresentar consistência e capacidade explicativa próprias sem reconstruir integralmente a teoria trotskista. Assim, as obras são avaliadas segundo seus objetos e suas mediações, preservando a autonomia da elaboração disciplinar.

A contrarrevolução burocrática e o stalinismo

Na União Soviética, a consolidação da contrarrevolução burocrática no plano político a partir da segunda metade da década de 1920 reorganizou instituições políticas, econômicas e culturais e projetou efeitos para além das fronteiras do país. A questão central consiste em compreender como mecanismos coercitivos associados às circunstâncias excepcionais da Revolução, da Guerra Civil, do colapso econômico e do isolamento internacional foram reorganizados e convertidos em instrumentos sistemáticos de reprodução da dominação burocrática.

Neste ensaio, contrarrevolução burocrática no plano político é empregada como categoria interpretativa derivada da tradição trotskista. Ela designa o processo pelo qual a burocracia expropriou politicamente o proletariado, destruiu os mecanismos remanescentes da democracia soviética e subordinou o partido e o Estado à reprodução de seu poder, sem que esse processo implicasse, naquele momento, a restauração da propriedade capitalista. O adjetivo “política” preserva a profundidade social da transformação e apenas delimita a diferença entre a monopolização burocrática do poder e uma contrarrevolução social fundada na recomposição imediata da propriedade privada dos meios de produção. Essa distinção, formulada por Trotsky mediante as categorias de Termidor soviético, bonapartismo e revolução política, foi posteriormente sistematizada por autores como Mandel, mas permanece controvertida diante das interpretações da União Soviética como capitalismo de Estado,

coletivismo burocrático ou novo modo de produção (Trotsky, 1935, 2020; Mandel, 1978, 1979; Van der Linden, 2007; Monteiro, 2017).

Com a consolidação do poder de Stálin, a violência tornou-se um mecanismo de reprodução da dominação burocrática. A mudança qualitativa consistiu na transformação de práticas coercitivas anteriores em um sistema de conservação do poder e supressão das oposições, entre o final dos anos 1920 e o Grande Terror de 1937–1938 (Almeida, 2021; Trotsky, 2020; Rogóvin, 2023, 2024).

O tratamento da violência stalinista no debate teórico tende a oscilar entre dois polos reducionistas. De um lado, observa-se a banalização ou a justificativa tácita dessa violência por adeptos de certas vertentes do "marxismo-leninismo" que defendem Stálin, seus métodos e sua tradição. Não raro, eles minimizam ou relativizam seus crimes e atribuem qualquer crítica ao "anticomunismo", identificando, assim, stalinismo e comunismo. De outro lado, parcela significativa do discurso anticomunista hegemônico opera por uma chave essencialista e descontextualizada, convertendo aquele processo histórico num atributo ontológico do marxismo em si, nos moldes da "tese da continuidade"[1]. Essa última operação, por sua vez, sustenta uma condenação moral abstrata, que serve fundamentalmente a propósitos antimarxistas mais amplos.

O isolamento internacional da Revolução, a devastação econômica, a escassez material, o enfraquecimento do proletariado após a Guerra Civil, o peso das estruturas herdadas da formação russa e o refluxo revolucionário europeu criaram condições favoráveis à autonomização do aparelho burocrático. Conflitos políticos, transformações institucionais e decisões tomadas no partido e no Estado mediaram essas determinações, produzindo continuidades e uma ruptura qualitativa na função da violência (Cohen, 1985; Lewin, 1986, 2006; Almeida, 2021).

Como escreveu Almeida (2021, p. 324): "O stalinismo não morreu com Stalin. Continuou existindo dentro e fora da URSS sob outras formas, menos agudas. Não morreu também pelo mundo afora". Também para Moraes (2013, p. 80) o stalinismo, "apesar de alguns abalos, continua vivo e permanece atuante e até desenvolto", seja na "prática de partidos

[1] Grosso modo, a "tese da continuidade", difundida pela sovietologia ocidental durante a Guerra Fria, interpreta o stalinismo como desenvolvimento necessário do bolchevismo, minimizando ou ignorando a ruptura qualitativa entre ambos. Críticas a essa abordagem encontram-se em Cohen (1985), Lewin (1986, 2006) e Monteiro (2015).

e organizações, que se julgam e são considerados por alguns de esquerda, seja na postura de outros grupos e pessoas com atividades em diferentes áreas".

O stalinismo resultou de um processo histórico de cristalização burocrática, e não de um desdobramento necessário da Revolução de Outubro. Bensaïd (1997) ressalta a ruptura qualitativa dos anos 1930; Almeida (2021), por sua vez, examina responsabilidades e práticas autoritárias anteriores sem equipará-las ao terror stalinista. No prefácio à obra de Almeida, Löwy (2021) reconhece medidas antidemocráticas do período revolucionário, mas contesta que o partido único fosse um princípio originário do bolchevismo. Em entrevista, Almeida concordou que esse princípio não foi formalizado, mas sustentou que mecanismos presentes desde os primeiros anos soviéticos integraram posteriormente o repertório de violência do stalinismo (Dias, 2021). A divergência exige distinguir continuidades históricas da transformação dessas práticas em um sistema de dominação burocrática.

Na interpretação de Trotsky[2], a burocratização soviética encontrou sua base material na escassez, na desigualdade social e no desenvolvimento insuficiente das forças produtivas. Partindo dessas indicações, Rogóvin (2023) interpreta o stalinismo como uma resposta violenta à insatisfação das massas e à atuação das oposições, especialmente a trotskista, que ameaçavam os privilégios da burocracia dirigente. A repressão buscava impedir que o descontentamento popular se articulasse à atividade dos oposicionistas e constituísse uma força capaz de confrontar o regime. Dessa forma, o autor evidencia o vínculo histórico entre a consolidação do stalinismo, o aprofundamento da desigualdade social e a defesa dos privilégios burocráticos, sustentados pelo controle do Estado e pelo acesso diferenciado ao produto social.

A burocracia soviética ocupava posição social contraditória: seus privilégios dependiam da propriedade estatal e da planificação herdadas da Revolução, embora estivessem destituídos do caráter de direitos privados juridicamente transmissíveis. Defendia essas formas de propriedade diante de ameaças externas e, simultaneamente, monopolizava o poder político e apropriava-se diferencialmente do produto social. Para Trotsky (2020), essa contradição continha uma tendência restauracionista possível, cuja realização dependeria de processos históricos posteriores (Monteiro, 2017; Lewin, 2006).

[2] Trotsky passou da defesa da reforma do regime soviético à proposição de uma revolução política que afastasse a burocracia do poder e restabelecesse a democracia soviética, preservando a propriedade estatal dos meios de produção e a planificação econômica (Anderson, 1983; Monteiro, 2017; Trotsky, 2020).

A Oposição de Esquerda[3] dirigida por Trotsky articulava a luta contra a burocratização à defesa da democracia soviética e do internacionalismo, bem como à crítica ao "socialismo em um só país" (Broué, 2014; Rogóvin, 2023). Sua derrota organizativa no XV Congresso, em 1927, foi seguida por prisões, deportações e clandestinidade. Trotsky foi expulso da URSS em 1929, e a perseguição aos bolcheviques-leninistas culminou, durante o Grande Terror, na eliminação física de antigos oposicionistas e de pessoas classificadas como "trotskistas" (Rogóvin, 2023, 2024).

Durante o Grande Terror de 1937–1938, a repressão alcançou grupos sociais, nacionais e profissionais classificados como suspeitos. Goldman (2021) demonstra que decisões centrais se combinaram com conflitos nas fábricas, nos sindicatos e nas organizações locais: problemas produtivos e disputas administrativas foram convertidos em acusações de sabotagem e oposição política. Essa dinâmica ampliou o alcance social da repressão, que atingiu também comunistas estrangeiros (Goldman, 2021; Chase, 2001; Firsov, 2003; Almeida, 2021; Rogóvin, 2024).

Esse processo projetou internacionalmente uma doutrina oficial e instituiu barreiras partidárias, editoriais e formativas à circulação das correntes dissidentes (Trotsky, 2020; Monteiro, 2017; Rogóvin, 2023). A subordinação progressiva da Internacional Comunista às necessidades do Estado soviético reduziu a autonomia estratégica das seções nacionais e transformou Moscou em centro de elaboração doutrinária e seleção política de uma rede transnacional hierarquizada (Almeida, 2021; Broué, 2007; Claudín, 2013), ampliando, assim, a escala da violência stalinista.

As escalas da violência stalinista

As estimativas de vítimas do stalinismo variam conforme as categorias examinadas, pois execuções, mortes em campos, deportações e mortalidade associada às fomes possuem causalidades e universos parcialmente distintos. O dado historicamente decisivo é que milhões de pessoas foram submetidas à expropriação política, ao trabalho compulsório, ao

[3] A Oposição de Esquerda surgiu em 1923, no Partido Comunista Russo (bolchevique), em torno de Trotsky e de outros militantes contrários à burocratização, à restrição da democracia interna e à orientação política e econômica da direção partidária (Rogóvin, 2023).

deslocamento territorial e ao encarceramento, enquanto numerosas vítimas morreram em decorrência das execuções, das condições dos campos, das deportações e das fomes[4].

A codificação do "trotskismo"[5] como desvio converteu divergências político-estratégicas em acusações de traição e conspiração. Associado aos amálgamas stalinistas, esse rótulo deslegitimou a crítica à burocratização e ao "socialismo em um só país", contribuindo para excluir correntes dissidentes do campo reconhecido como comunista (Almeida, 2021; Broué, 2007; Rogóvin, 2023).

A perseguição aos marxistas antistalinistas conferiu ao terror um conteúdo político específico, ao suprimir alternativas no interior do movimento revolucionário. Seu alcance, contudo, ultrapassou a oposição organizada e atingiu também camponeses, minorias nacionais e pessoas sem atuação oposicionista.

A repressão comprometeu a transmissão da experiência revolucionária ao eliminar militantes e restringir interpretações concorrentes do passado. Trotsky (1937) examinou a falsificação histórica e a construção da "lenda do trotskismo" como instrumentos de combate à oposição. Esse controle da memória articulou-se à subordinação da teoria às decisões políticas, criticada por Lukács (1991), e à difusão de categorias apresentadas como expressão autorizada do marxismo. Sua recepção, contudo, exige análise específica: o uso dessas categorias não demonstra, por si só, adesão política ao stalinismo.

No campo cultural e científico, critérios políticos passaram a condicionar o reconhecimento e a atuação profissional. O fechamento do teatro dirigido por Meyerhold foi seguido pela prisão e pelo fuzilamento do encenador, evidenciando que a repressão stalinista atingiu tanto sua atividade artística quanto sua vida. Na ciência, a consagração administrativa das concepções de Lysenko e a perseguição a Vavilov mostram como decisões estatais

[4] Na resenha de *Stalin: história crítica de uma lenda negra*, Silva (2011) afirma que pesquisas baseadas na abertura dos arquivos soviéticos teriam reduzido o número de "execuções" atribuídas a Stálin a menos de um décimo das estimativas anteriores. A afirmação, contudo, não explicita qual estimativa é tomada como referência, quais modalidades de morte estão incluídas nem a que período se refere. Sem essas delimitações, não é possível aferir a proporção alegada, e a referência genérica aos arquivos acaba conferindo aparência de precisão a uma comparação não demonstrada. Para uma avaliação crítica da recepção brasileira de Losurdo, sobretudo de seu livro sobre Stálin, ver Maestri (2020).

[5] Embora o termo "trotskismo" circulasse anteriormente, sua consolidação como rótulo político ocorreu na campanha de 1924, quando Stálin, Zinoviev e Kamenev o empregaram para opô-lo ao "leninismo" e deslegitimar Trotsky e a Oposição de Esquerda. Trotsky denunciou essa construção como uma "lenda do trotskismo"; posteriormente, seus partidários ressignificaram o termo positivamente para designar a tradição marxista vinculada à revolução permanente, ao internacionalismo e à luta contra a burocratização stalinista, institucionalizada internacionalmente com a IV Internacional em 1938 (Halfin, 2011; Alexander, 1991).

substituíram a controvérsia científica. Esse controle dependia do monopólio burocrático dos meios de publicação, financiamento e validação, e não de uma consequência necessária do marxismo (Gordin, 2022).

Com a ascensão de Stálin, a expressão "marxismo-leninismo" [6] adquiriu circulação institucional após a morte de Lenin e foi progressivamente convertida, ao longo das disputas dos anos 1920 e 1930, em denominação de uma doutrina oficial (Trotsky, 1937; Deutscher, 1955). Sua canonização alcançou um marco decisivo em 1938, com a publicação da *História do Partido Comunista da União Soviética (bolchevique): curso breve*, que incorporou a exposição de Stálin sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico (Brandenberger; Zelenov, 2019).

O "marxismo-leninismo", de corte stalinista, foi, assim, alçado a cânone doutrinário regulado institucionalmente, cuja legitimidade dependia crescentemente da conformidade com as sucessivas linhas políticas emanadas de Moscou. Concomitantemente, a disciplina revolucionária converteu-se em mecanismo de transmissão de orientações do Partido sob o comando de Stálin, cujas oscilações — da política do "terceiro período" às Frentes Populares — correspondiam cada vez mais às necessidades políticas e diplomáticas da burocracia soviética (Almeida, 2021; Broué, 2007; Claudín, 2013).

A stalinização da Internacional Comunista projetou a repressão para além da URSS, atingindo também quadros comunistas estrangeiros (Chase, 2001; Firsov, 2003). Centros de decisão soviéticos articularam-se a prisões, campos, exílios e organizações políticas transnacionais. A perseguição a Andreu Nin na Espanha e o assassinato de Trotsky no México ilustram a projeção internacional dessa violência, em circunstâncias distintas. Seu alcance geográfico incluía ainda partidos vinculados a um centro de legitimação doutrinária, cujas orientações eram recebidas em formações sociais diversas (Broué, 2007; Claudín, 2013; Studer, 2015).

Portanto, a violência stalinista articulou repressão material e coerção intelectual, dimensões relacionadas, mas analiticamente distintas. Essa distinção orienta o exame dos

[6] Na sistematização promovida sob Stálin, o marxismo-leninismo foi apresentado como continuidade de Marx e Engels por Lenin, articulando concepções do partido, da revolução e do socialismo na URSS ao materialismo dialético e histórico. Sua recepção exige distinguir essa definição oficial dos usos de seus textos fora da União Soviética (Stálin, 2018; Walker, 1989; Morgan, 2015).

circuitos brasileiros, nos quais a documentação registra disciplinamento partidário, seleção editorial e episódios de violência física no PCB, enquanto o campo universitário conservou autonomia relativa.

Circulação do marxismo soviético no Brasil: circuitos partidários, editoriais e formativos

No Brasil, as diretrizes da Internacional Comunista incidiram sobre a política do PCB entre 1929 e 1930. Uma carta dirigida aos partidos comunistas latino-americanos, em setembro de 1929, criticou a política de alianças. Em fevereiro de 1930, uma resolução sobre o país recomendou a depuração dos chamados "quadros de direita". Na sequência, dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram afastados da direção (Del Roio, 1990). Campos, Guaranha e Sousa (2021) documentam a hostilidade do PCB aos militantes da Oposição de Esquerda, expressa em expulsões, no isolamento dos dissidentes e em denúncias publicadas na imprensa partidária. Em outra frente, examinam a vigilância e as prisões conduzidas pela polícia política em São Paulo.

Assim, mesmo em meio às adversidades, entre as décadas de 1920 e 1950, o PCB constituiu um dos principais circuitos organizados — e provavelmente o mais estruturado — de recepção e difusão do marxismo no Brasil. Revistas, jornais partidários, escolas de quadros e editoras ligadas ao movimento comunista difundiram resoluções internacionais, manuais soviéticos e obras de Stálin, articulando formação teórica e disciplina partidária (Secco; Pericás, 2022; Tabak; Konder, 1949).

O XX Congresso do PCUS, em 1956, as dissidências posteriores e, no Brasil, a ditadura, o exílio e a redemocratização contribuíram para diversificar os circuitos intelectuais. Entre as décadas de 1960 e 1980, universidades e editoras ampliaram o acesso a marxismos heterodoxos e a interpretações críticas do stalinismo, sem que a influência soviética deixasse de operar. Mais tarde, a abertura de arquivos ampliou as possibilidades de pesquisa sobre as dissidências comunistas (Secco; Pericás, 2022; Napolitano, 2014; Ridenti, 2000).

O papel editorial é particularmente notável quando se compara a difusão do marxismo soviético com a publicação dos textos de Trotsky. Organizações e editoras vinculadas ao PCB distribuíam sistematicamente autores soviéticos e materiais de formação (Academia de

Ciências da URSS, 1961; Bahia, 1954; Juberte, 2023). Um exemplo é o *Manual de economia política*, da Academia de Ciências da URSS, publicado pela Editorial Vitória em 1961. Entre os principais textos marxistas-leninistas que circularam no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 estão *O materialismo dialético e o materialismo histórico*, de Stálin, publicado pela Global em 1978, e *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*, de Alexandre Cheptulin, lançada pela Alfa-Omega em 1982. Entre as publicações em português da editora Progresso, figura *Fundamentos da filosofia*, de V. G. Afanássiev, publicado em Moscovo em 1982 (Afanássiev, 1982). Também a editora Anita Garibaldi, ligada ao PC do B, publicou edições de textos de Stálin, como *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, em 1985[7].

Já a obra de Trotsky circulou por iniciativas menores e descontínuas. *A história da Revolução Russa* saiu pela Paz e Terra entre 1978 e 1980, a Ática publicou *Trotski: política,* em 1981, e a Global lançou diversos títulos, porém sem constituir uma coleção estável de obras escolhidas. O levantamento de Bianchi (2005) oferece elementos para examinar a desigualdade das condições editoriais de acesso, expondo a diferença de disponibilidade bibliográfica entre o comunismo oficial e o trotskismo no Brasil (Bianchi, 2005; Karepovs; Marques Neto; Löwy, 1995).

Nos itens seguintes, examinamos a circulação de uma linguagem filosófica vinculada ao *diamat* em segmentos da renovação crítica da Geografia no Brasil e discutimos a "presença-ausência" do pensamento de Trotsky na Geografia Crítica brasileira.

A filosofia soviética na renovação crítica da Geografia brasileira

Esta seção examina a circulação e os usos da filosofia soviética na renovação crítica da Geografia brasileira, seguindo a distinção metodológica entre referência bibliográfica, apropriação conceitual e identificação política.

Em *O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George: elementos para uma discussão*, publicado no *Boletim Paulista de Geografia* em 1977, Oliveira mobiliza diretamente a *Filosofia marxista*, de V. G. Afanássiev, no interior de uma crítica construída a

[7] Ademais, jornais e revistas ligados ao PCB e ao PC do B, entre eles o *Voz da Unidade*, *A Classe Operária* e *Princípios*, integraram circuitos editoriais distintos.

partir do materialismo histórico e dialético[8] (Oliveira, 1977). Em *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética*, recorre a Lenin, Fataliev e Sviderski para discutir a objetividade do espaço e do tempo e sua relação com a matéria em movimento (Oliveira, 1982). O uso de autores e categorias da filosofia soviética por Oliveira demonstra, assim, circulação e apropriação intelectual dessa tradição, o que não significa, evidentemente, que esse geógrafo aderisse politicamente ao stalinismo ou ao marxismo-leninismo oficial.

Em *Espaço/tempo em geografia*, Horieste Gomes (1983) mobiliza diretamente autores da filosofia soviética, entre eles Konstantinov e Cheptulin, e estrutura a discussão a partir do materialismo dialético. A caracterização de sua produção como marxista-leninista é formulada por Freitas (2014, p. 168, 289), que relaciona essa orientação à trajetória de Gomes no PCB e à mediação partidária de sua formação marxista. Freitas (2014, p. 174) sintetiza essa relação ao afirmar: "Horieste Gomes, fortemente vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, leva para a ciência que produz elementos desse modo de pensar". O autor acrescenta que, "a partir dessas concepções, ele atua nas instituições que participa [sic], dentre elas a AGB, nas diferentes escalas: nacional e local" (Freitas, 2014, p. 174). A caracterização marxista-leninista apresentada por Freitas constitui, portanto, uma interpretação historiográfica da obra e da trajetória de Gomes. A apropriação desse repertório filosófico, contudo, não significou adesão ao stalinismo: o próprio geógrafo formulou críticas explícitas a ele.

Em *Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia*, Gomes (2007, p. 136–137) reconhece que o endurecimento stalinista e as intervenções soviéticas, particularmente na Tchecoslováquia em 1968, aprofundaram as dissensões e o desencanto com a experiência socialista. Esse reconhecimento coincide, entretanto, com a defesa do materialismo dialético e histórico e com críticas a interpretações classificadas como revisionistas ou antimarxistas. Nos capítulos de fundamentação filosófica, o autor mobiliza Cheptulin, Konstantinov, Rosental e Iudin. A obra evidencia, assim, uma combinação entre ressalvas às práticas políticas soviéticas e a continuidade de referências filosóficas dessa tradição, sem que as passagens examinadas permitam afirmar uma ruptura sistemática com o marxismo-leninismo.

[8] As expressões "materialismo histórico" e "materialismo dialético" antecedem a codificação stalinista do marxismo. A primeira foi empregada por Engels para designar a concepção materialista da história; a segunda já circulava no debate marxista do fim do século XIX e também foi utilizada por Trotsky. O objeto da crítica, portanto, não é o uso desses termos em si, mas a maneira como a formulação oficial de 1938 organizou sua relação e foi posteriormente difundida como exposição autorizada da filosofia marxista.

Nelson Werneck Sodré também atuou como mediador intelectual no debate geográfico. Em *Introdução à geografia: geografia e ideologia*, Sodré (1976) articulou ideias geográficas, ideologia e realidade histórica. A obra foi objeto de uma nota crítica de Armando Corrêa da Silva (1976), que a considerou, apesar das ressalvas epistemológicas, o mais importante trabalho brasileiro então disponível sobre a história do pensamento geográfico e uma leitura indispensável aos iniciantes. Silva (1976) valorizou especialmente essa articulação proposta por Sodré entre ideias geográficas, ideologia e realidade histórica, embora criticasse a centralidade atribuída à oposição determinismo–possibilismo e a ausência de debates contemporâneos, como estruturalismo, quantificação e novas abordagens epistemológicas. Sodré (1968) também organizou *Fundamentos do materialismo dialético*, obra composta por textos de filósofos soviéticos como Afanássiev, Konstantinov, Rosental e Yakhot. Esse itinerário evidencia outra via de circulação do materialismo dialético no campo geográfico brasileiro (Silva, 1976; Schincariol, 2021).

Diferentemente dos casos anteriores, as referências mobilizadas por Ruy Moreira situam-se fora da filosofia soviética sistematizada pelo *diamat*. No ensaio *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais*, originalmente formulado na década de 1970 no contexto da renovação crítica e posteriormente reunido em Moreira (2007), o autor mobiliza diretamente Marta Harnecker, Louis Althusser e Samir Amin na articulação entre modo de produção, formação econômico-social e formação espacial[9]. A presença desses autores entre as referências mobilizadas por Moreira (2007) exige examinar a função de suas categorias na argumentação geográfica. No texto analisado, interessa compreender como modo de produção, formação econômico-social e formação espacial são articulados e quais mediações históricas essa articulação explicita. A identificação dos autores citados, por si só, não permite atribuir ao geógrafo suas posições políticas nem demonstrar que ele incorporou integralmente suas interpretações da experiência soviética.

[9] A associação de formulações de Ruy Moreira a uma leitura stalinista do marxismo foi feita explicitamente por Vesentini (1992), no contexto de sua crítica ao emprego esquemático das categorias "modo de produção" e "formação econômico-social" na Geografia escolar. Essa avaliação constitui uma posição no debate teórico da época. Tal aproximação feita por ele não estabelece, por si só, a filiação política do autor.

Os casos examinados documentam a circulação da filosofia soviética e seus diferentes usos na renovação crítica da Geografia brasileira. Esse repertório integrou discussões sobre espaço, tempo e matéria, em articulação com outras matrizes do pensamento marxista.

A abertura política e a ampliação de acervos favoreceram, a partir dos anos 1980, pesquisas mais sistemáticas sobre a Oposição de Esquerda e o trotskismo. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de Coggiola (1984) e Campos (1986), a organização do Arquivo Edgard Leuenroth e do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, bem como a coletânea *Na contracorrente da história*, organizada por Abramo e Karepovs (1987), iniciativas que ampliaram as bases documentais desse campo (Lisboa, 2013). Nas obras e nos repertórios geográficos examinados neste ensaio, a interlocução explícita com Trotsky aparece de modo desigual, frequentemente mediada pela TDDC. Essa combinação de circulação conceitual e reconhecimento genealógico variável constitui um dos sentidos da "presença-ausência" investigada aqui.

Trotsky e a TDDC[10] na Geografia brasileira: fundamentos conceituais e político-estratégicos

A análise seguinte passa das condições históricas de circulação às formulações presentes nas obras geográficas. Seu foco recai sobre o reconhecimento da autoria, os mecanismos explicativos da TDDC e sua articulação político-estratégica.

Na introdução de *Uneven Development*, Smith (2008, p. 5–6) situa a trajetória do conceito de desenvolvimento desigual nas disputas entre Trotsky e Stálin acerca do internacionalismo e do "socialismo em um só país". Segundo sua interpretação, a centralidade adquirida pela problemática político-revolucionária deslocou o conteúdo econômico e geográfico do conceito, cuja circulação foi posteriormente restringida pela derrota de Trotsky. A formulação permaneceu no movimento trotskista, articulada à revolução permanente, às relações de classe e à dinâmica da revolução. Esse diagnóstico oferece elementos para examinar

[10] Neste ensaio, utiliza-se a expressão Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, corrente na bibliografia contemporânea, para designar o conjunto de formulações desenvolvido a partir daquilo que Trotsky apresentou como lei do desenvolvimento desigual e combinado.

as relações entre conflito político e circulação teórica, embora não demonstre os itinerários específicos da recepção de Trotsky pela Geografia brasileira.

A expansão mundial do capitalismo diferencia as formações sociais e produz trajetórias históricas incompatíveis com qualquer sequência universal de etapas. Em Trotsky, a desigualdade dos ritmos constitui o ponto de partida, enquanto a combinação designa a interpenetração de relações sociais, temporalidades, formas técnicas e estruturas políticas historicamente heterogêneas sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo. O desenvolvimento retardatário produz, assim, sínteses específicas nas quais conquistas técnicas avançadas podem articular-se a estruturas agrárias concentradas, formas coercitivas de exploração e instituições políticas regressivas (Trotsky, 2017; Löwy, 1998).

A teoria da revolução permanente e a formulação do desenvolvimento desigual e combinado constituem elaborações historicamente articuladas, embora não tenham surgido como momentos sucessivos de uma dedução linear. A primeira extrai consequências político-estratégicas da configuração das classes e das tarefas revolucionárias nas formações de desenvolvimento retardatário; a segunda oferece uma formulação histórico-social dos processos pelos quais relações e temporalidades heterogêneas se combinam sob as determinações da economia mundial.

Em países de desenvolvimento burguês retardatário e, particularmente, em formações coloniais e semicoloniais, tarefas democráticas, agrárias e de emancipação nacional articulam-se à luta pelo poder porque a inserção subordinada na economia mundial e as relações entre burguesia, propriedade fundiária, campesinato e proletariado limitam a capacidade das classes proprietárias nacionais de realizá-las integralmente. A TDDC apreende a constituição desigual e combinada dessas formações, enquanto a teoria da revolução permanente articula consequências político-estratégicas relacionadas às classes, ao Estado e à dinâmica revolucionária (Trotsky, 2007, 2017; Löwy, 1998). Para a Geografia, essa articulação permite investigar a territorialização de determinações mundiais em formações socioespaciais particulares (Theis, 2009; Marques, 2022, 2025).

Para avaliar as apropriações geográficas da TDDC, é necessário verificar se a combinação é tratada como processo histórico ou apenas como coexistência espacial entre o "arcaico" e o "moderno". O critério decisivo é a explicitação dos mecanismos pelos quais elementos heterogêneos se articulam e se transformam reciprocamente, produzindo uma

configuração histórica nova, irredutível aos componentes considerados separadamente (Davidson, 2006). Esse critério permite distinguir uma apropriação substantiva da teoria de seu emprego como designação genérica da diversidade ou da desigualdade espacial.

A dimensão político-estratégica da TDDC não constitui um acréscimo exterior à explicação histórica. Ela decorre da identificação das classes, alianças, escalas e possibilidades de ação produzidas por cada combinação social concreta. Dunn (2006) enfatiza que a importância estratégica do conceito reside em relacionar processos situados em lugares e escalas diferentes, identificar bases prioritárias de intervenção e compreender como lutas inicialmente limitadas podem ultrapassar seus objetivos imediatos. A passagem das reivindicações democráticas ou parciais para tarefas socialistas não ocorre automaticamente: depende das relações de força, da organização política e da articulação entre lutas locais, nacionais e internacionais. A revolução permanente constitui, nessa perspectiva, a consequência estratégica de uma análise que recusa simultaneamente o etapismo e a oposição abstrata entre ação nacional e internacionalismo (Dunn, 2006).

O contraponto com Smith (2006, 2008) permite evitar a identificação entre TDDC e desenvolvimento geográfico desigual. Esse autor adverte que a conversão do desenvolvimento desigual numa lei universal, segundo a qual todas as sociedades sempre se desenvolveriam de maneira não uniforme, reduz seu poder explicativo. No capitalismo, a geografia desigual resulta de tendências simultâneas de diferenciação e equalização das condições de produção, articuladas aos movimentos de concentração, fixação, mobilidade, valorização e desvalorização do capital (Smith, 2006, 2008). Em Trotsky, por sua vez, a combinação explica como a pressão do mercado mundial reestrutura formações de desenvolvimento retardatário e modifica suas relações de classe e possibilidades revolucionárias. As duas perspectivas compartilham uma compreensão relacional e multiescalar do capitalismo, sem que, por isso, se tornem sinônimas. Em Smith, o objeto imediato é a produção capitalista do espaço; em Trotsky, a combinação histórico-social integra uma teoria da revolução nas formações "atrasadas". A aproximação é produtiva desde que preserve essa diferença de objeto, escala e consequência política (Theis, 2009).

A tradução da TDDC para outros campos pode alterar escala e objeto sem necessariamente eliminar seu núcleo relacional. Barker (2006) a mobiliza para interpretar diferenças produzidas na totalidade capitalista, enquanto Rosenberg (2006) enfatiza a

interação entre formações sociais na sociologia histórica internacional. Na Geografia, Herod (2006) acrescenta a ação dos trabalhadores na produção de escalas e paisagens.

A avaliação da presença da TDDC na Geografia Crítica brasileira exige distinguir três modalidades de recepção: o emprego nominal da expressão; sua tradução por categorias geográficas; e sua redução conceitual. A tradução disciplinar torna-se teoricamente produtiva quando reelabora o conceito diante de novos problemas e preserva as relações entre desigualdade, combinação, mercado mundial, imperialismo e classes sociais. O problema ocorre quando a TDDC se converte em descrição genérica da desigualdade espacial e perde o mecanismo histórico que explica a interpenetração de relações, temporalidades e formas sociais heterogêneas.

A renovação crítica da Geografia brasileira e os caminhos de recepção da TDDC

A recepção de Trotsky e da TDDC deve ser situada no processo mais amplo de reconfiguração do campo geográfico brasileiro. Embora a renovação tenha adquirido maior visibilidade no III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, em 1978, sua formação remonta aos debates e às publicações que, desde meados da década de 1970, questionavam a Geografia tradicional e a abordagem teorético-quantitativa.

O encontro de 1978 reuniu iniciativas anteriormente dispersas, mas esteve longe de produzir uma escola homogênea ou um programa teórico compartilhado. As denominações Geografia Nova, Libertadora, Marginal, da Renovação, Atuante, Radical e Crítica expressavam mais do que uma variação terminológica: designavam diferentes maneiras de conceber a relação entre conhecimento geográfico, método, prática política e transformação social (Moreira, 2000; Silva, 1984; França Filho, 2012). Por isso, a renovação deve ser compreendida como um campo de convergências e disputas, no qual a crítica à neutralidade científica e à descrição desprovida de historicidade coexistia com divergências relativas ao estatuto do espaço, à relação entre sociedade e natureza, às formas de incorporação do marxismo e ao vínculo entre produção acadêmica e militância política. A maior densidade dos debates marxistas entre 1976 e 1983, portanto, preservou a pluralidade de matrizes filosóficas, políticas e disciplinares que participavam da reorganização do campo (Pedrosa, 2015).

Os dados examinados a seguir pertencem a um período posterior ao núcleo inicial da renovação crítica. Os percentuais de Marques (2022, 2025) caracterizam esse conjunto de publicações e servem à comparação histórica com o período formativo.

Das 681 publicações identificadas por Marques (2022), 663 integram o recorte de 1997–2020 adotado na análise das referências à teoria e retomado em Marques (2025). Nesse conjunto, 504 textos mencionam ao menos um autor como fonte. É sobre esse subconjunto que incidem os percentuais de atribuição examinados a seguir. Quase 60% dos 504 textos não vinculam a teoria a Trotsky, enquanto 41,7% mencionam seu nome. Entre os que o mencionam, mais da metade não cita uma obra do autor pertinente à teoria. Aproximadamente um quinto do subconjunto cita diretamente escritos de Trotsky. Os dados permitem identificar padrões de atribuição e fundamentação bibliográfica nas publicações; isoladamente, não permitem reconstruir todas as leituras feitas por seus autores.

Os dados revelam um descompasso entre a circulação da expressão, a atribuição genealógica e a citação das obras originais. Marques (2022) emprega a noção de "caminhos de recepção" para designar modalidades distintas e multideterminadas de ingresso da TDDC no campo disciplinar. A densidade teórica de cada apropriação, entretanto, depende da confrontação qualitativa com as obras.

Essa discrepância também aparece na avaliação retrospectiva de Ruy Moreira. Em entrevista concedida a Marques em 2021, o geógrafo caracteriza a recepção da "combinação desigual" na Geografia brasileira como uma apropriação simplificada, afastada de sua vinculação com a teoria da revolução permanente e marcada pelo que denomina "dualismo reciclado" (Moreira, 2021 apud Marques, 2022, p. 294). O depoimento constitui uma avaliação crítica formulada por um participante da renovação geográfica e coloca em questão a distância entre a circulação da expressão e a apropriação de seus fundamentos. Sua abrangência, entretanto, precisa ser confrontada com as obras: a crítica de Moreira não elimina a possibilidade de traduções geográficas substantivas, nem permite classificar todas as apropriações como equivalentes. Por isso, a análise a seguir distingue reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica.

Milton Santos e a formação socioespacial

A primeira confrontação envolve a categoria de formação socioespacial. Em *Sociedade e espaço*: *a formação social como teoria e como método*, Santos (1977) argumenta que uma formação econômica e social adquire existência concreta por meio de sua espacialização. O espaço constitui dimensão interna da reprodução social, na qual modos de produção, forças produtivas, técnicas, formas de trabalho e divisões territoriais se realizam historicamente. A formulação possui genealogia própria. Neste ensaio, propõe-se aproximá-la da TDDC como possibilidade de articulação analítica: a formação socioespacial permite investigar a materialização territorial de processos sociais, enquanto a TDDC enfatiza a produção de combinações históricas específicas sob as determinações do capitalismo mundial. Essa aproximação não pressupõe derivação intelectual nem identidade entre as formulações.

As referências posteriores de Milton Santos ao desenvolvimento desigual e combinado aprofundam essa aproximação. Em *Técnica, espaço, tempo*, o autor relaciona o aprofundamento do capital no espaço às "ilhas de arcaísmo" e aos aspectos regionais ou locais da divisão territorial do trabalho, concebidos como expressão de uma nova divisão do trabalho em escala mundial (Santos, 1998, p. 64). Em *A natureza do espaço*, a diversidade dos lugares resulta da realização diferenciada das determinações da totalidade, e o desenvolvimento desigual e combinado torna-se inteligível pelo processo de totalização (Santos, 1996). Em *Por uma Geografia Nova*, as diferenças internas do espaço urbano aparecem como manifestações locais, porém integrais, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade (Santos, 2004).

A obra de Santos deve ser avaliada segundo seu próprio objeto; a dificuldade surge quando sua elaboração é tomada como substituta suficiente da TDDC. Sua compreensão do espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, articulada às relações entre totalidade e lugar, à divisão territorial do trabalho e à presença simultânea de técnicas e temporalidades distintas, apresenta elevada densidade geográfica. A diferença decisiva reside no mecanismo histórico: em Trotsky, a combinação resulta da interpenetração de relações sociais sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo, com efeitos sobre a formação das classes e a dinâmica política. Em Santos, o desenvolvimento desigual e combinado funciona sobretudo como chave para compreender a realização diferencial da totalidade nos lugares.

Marques (2022, p. 287–289; 2023, p. 83–84) caracteriza essas ocorrências como menções pontuais e como uma recepção parcial da TDDC, na qual a circulação da expressão não corresponde à incorporação de seus fundamentos específicos. As passagens examinadas em Santos articulam desenvolvimento desigual e combinado, divisão territorial do trabalho e totalização, mas não explicitam sua vinculação à formulação de Trotsky.

Roberto Lobato Corrêa e a diferenciação regional

Em *Região e organização espacial*, Corrêa (2003) mobiliza a lei do desenvolvimento desigual e combinado, explicitamente atribuída a Trotsky, como fundamento para interpretar a diferenciação regional. O autor a relaciona à interpenetração dos contrários e à presença simultânea de fenômenos constituídos em diferentes tempos históricos. Sua explicação, entretanto, incorpora também a inserção das regiões na divisão nacional e internacional do trabalho, a associação de relações de produção distintas e os conflitos entre classes sociais, elites regionais e capitais externos. A região constitui, nessa perspectiva, uma realidade concreta produzida por múltiplas determinações históricas. Trata-se de uma apropriação geográfica que reconhece a autoria de Trotsky e articula a heterogeneidade espacial aos processos sociais responsáveis pela regionalização. O reconhecimento da autoria de Trotsky, entretanto, não se acompanha, nesse livro, da referência direta a seus escritos. Marques (2022, p. 286) relaciona essa característica à circulação da teoria por fontes secundárias, ressalvando o caráter introdutório da obra de Corrêa.

Ao apresentar a TDDC como modalidade da "interpenetração dos contrários" (Corrêa, 2003, p. 42), Corrêa abre a possibilidade de uma generalização trans-histórica do conceito. Essa tendência é parcialmente contida, contudo, quando o autor relaciona a combinação à divisão nacional e internacional do trabalho, à articulação espacial dos territórios e à coexistência de relações de produção distintas.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a reprodução de formas sociais não-capitalistas

Na Geografia Agrária de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o desenvolvimento desigual e combinado integra a análise da produção contraditória do território. Em *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*, o território é compreendido como produto da luta de classes, das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Sua construção envolve simultaneamente destruição, manutenção e transformação, constituindo uma unidade dialética da espacialidade social. Oliveira (1999, p. 74–75) relaciona esse movimento ao desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, articulado aos processos de valorização, produção e reprodução do capital. A diferenciação territorial expressa, portanto, as contradições pelas quais a reprodução capitalista transforma formações territoriais e produz configurações regionais específicas.

Essa interpretação é aprofundada em *Agricultura e indústria no Brasil*, texto originalmente publicado em 1981 e republicado em 2010. Oliveira parte da concepção de que o desenvolvimento do capitalismo deve ser compreendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, que envolve simultaneamente produção, circulação e realização da mais-valia (Oliveira, 2010). Nessa dinâmica, a reprodução ampliada também deve ser entendida como "reprodução de formas sociais não-capitalistas", ainda que sua lógica permaneça plenamente subordinada ao capital (Oliveira, 2010, p. 7). Assim, as desigualdades existentes no campo constituem, antes de simples sobrevivências destinadas ao desaparecimento, condições continuamente recriadas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, a expansão do modo capitalista de produção redefine relações anteriores, subordina-as à sua reprodução e engendra relações não capitalistas contraditoriamente necessárias à acumulação (Oliveira, 2010).

Para fundamentar essa interpretação, Oliveira mobiliza explicitamente Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins. De Luxemburgo, retoma a tese de que a acumulação capitalista depende historicamente da existência de formas e meios sociais não capitalistas; de Martins, incorpora a compreensão de que diferentes momentos da formação econômico-social — produção capitalista, circulação de mercadorias e produção subordinada à circulação — permanecem articulados em um processo de alcance mundial (Oliveira, 2010). Com base

nessas formulações, sustenta que a expansão do capitalismo no campo ocorre fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, seja pela apropriação direta da propriedade fundiária, seja pela subordinação da produção camponesa (Oliveira, 2010).

Essas referências, contudo, não esgotam os caminhos de elaboração de Oliveira. Marques (2022, p. 283) identifica uma apropriação própria do debate trotskista, associada à interpretação da produção capitalista de relações não capitalistas proveniente de Luxemburgo e desenvolvida por Martins. Cabe, portanto, distinguir as fontes mobilizadas em cada obra, evitando atribuir uma genealogia única ao conjunto de sua produção.

A contribuição de Oliveira reside, portanto, na recusa de interpretações dualistas e evolucionistas que opõem mecanicamente agricultura moderna e agricultura atrasada, capitalismo e campesinato ou trabalho assalariado e trabalho familiar. Na propriedade camponesa, a subordinação ao capital dispensa, em determinadas circunstâncias, tanto a expropriação dos meios de produção quanto a transformação imediata do produtor em trabalhador assalariado. O capital pode apropriar-se da renda da terra por meio da circulação mercantil, dos preços, do crédito bancário, dos juros e da atuação mediadora do Estado, mantendo formalmente a propriedade e o trabalho familiar do camponês (Oliveira, 2010). A heterogeneidade das relações de produção aparece, assim, como parte — em vez de exterioridade ou anomalia — do movimento contraditório de reprodução do capital.

Essa elaboração ultrapassa a simples identificação da coexistência entre relações sociais heterogêneas, pois explicita os mecanismos econômicos, políticos e territoriais responsáveis por sua articulação. Na introdução de *Agricultura e indústria no Brasil,* Oliveira define o texto como essencialmente político, situa sua produção no contexto da luta dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista e relaciona a análise teórica à necessidade de transformação da ordem social (Oliveira, 2010). Permanece fora dessas obras uma discussão explícita da teoria da revolução permanente ou de suas formulações estratégicas específicas. Por isso, o eixo político-estratégico trotskista deve ser compreendido menos como ausência ou insuficiência do que como uma problemática distinta daquela diretamente desenvolvida por Oliveira.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e a ampliação da problemática territorial

A trajetória de Carlos Walter Porto-Gonçalves torna ainda mais complexa a hipótese da "presença-ausência". Em entrevista concedida a Scarim (2023), o autor relatou que, após o contato inicial com traduções do marxismo soviético, vinculou-se, em 1974, à Liga Operária, organização trotskista posteriormente associada à formação da Convergência Socialista. Nesse caso, portanto, a relação com o trotskismo assumiu caráter tanto bibliográfico quanto político-formativo.

Em *A geografia está em crise. Viva a geografia!,* o autor já afirmava que cada lugar é singular porque o movimento realizado no espaço é desigual e combinado, sendo essa singularidade uma manifestação da divisão internacional e interna do trabalho e das determinações emanadas dos centros hegemônicos do capitalismo (Porto-Gonçalves, 1978). Mais adiante, relacionava explicitamente a realidade histórica desigual e combinada ao conceito de formação social, entendido como o modo concreto pelo qual diferentes modos de produção se combinam sob a hegemonia de um modo dominante. O lugar aparecia, então, como síntese de múltiplas determinações e como forma específica de materialização do universal (Porto-Gonçalves, 1978). Trata-se de uma apropriação conceitualmente densa, na qual desigualdade, combinação, formação social, divisão internacional do trabalho, lugar e totalidade aparecem articulados.

Em *De utopias e de topoi*, Porto-Gonçalves (2017) sustenta que formação social e desenvolvimento desigual e combinado ganham especial importância quando o capitalismo é observado desde sua periferia, plano concreto no qual o modo de produção deixa de operar como tipo ideal abstrato. Em comparação com o texto de 1978, no qual formação social, divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual e combinado são articulados explicitamente, a análise de 2017 confere maior centralidade ao sistema-mundo moderno-colonial, à racialização, às territorialidades indígenas e camponesas, aos conflitos ambientais e aos lugares de enunciação. Essa ampliação dos sujeitos e problemas fortalece a crítica à espacialidade abstrata, embora as mediações entre classes, imperialismo, Estado e estratégia socialista se tornem menos explícitas na obra examinada.

Entre esses momentos, merece destaque o capítulo *Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate*, publicado originalmente em 1982. Segundo Marques (2022, p.

295–296), Porto-Gonçalves explicita nesse texto a contribuição de Trotsky e articula desenvolvimento desigual e combinado, imperialismo, relações de produção e configuração das classes em escala nacional. Essa passagem permite identificar uma interlocução mais direta com os fundamentos da teoria, para além da presença da expressão em seus escritos.

Entre Stálin e o neostalinismo: apropriações políticas e teóricas na Geografia brasileira contemporânea

A categoria de neostalinismo constitui um campo de disputa interpretativa, sendo utilizada por alguns autores para caracterizar determinadas formas contemporâneas de revalorização de Stálin, enquanto outros rejeitam sua aplicação

Em Maestri (2020), o termo neostalinismo é empregado para caracterizar uma forma contemporânea de revalorização do legado de Stálin e de revisão de aspectos da experiência soviética, particularmente no contexto brasileiro. Para o autor, esse fenômeno não corresponde simplesmente à nostalgia do stalinismo histórico, mas à sua reelaboração em novas condições políticas e intelectuais. A crítica de Maestri dirige-se especialmente à recepção brasileira da obra de Domenico Losurdo, cuja interpretação de Stálin e do stalinismo é compreendida como parte de um movimento de revisão historiográfica e política. Nessa perspectiva, o neostalinismo assumiria uma função ideológica no interior de setores contemporâneos do movimento socialista e comunista, chegando a ser caracterizado por Maestri como uma "ideologia justificadora da contrarrevolução capitalista" (Maestri, 2020, p. 13).

Embora Maestri (2020) desenvolva sua análise em um registro crítico dirigido à obra de Losurdo, suas formulações permitem investigar como a reinterpretação favorável de Stálin se manifesta em escritos de determinados intelectuais vinculados à Geografia brasileira, sobretudo quando esses autores recorrem a interpretações revisionistas que relativizam aspectos do stalinismo e valorizam positivamente a atuação política de Stálin enquanto Trotsky recebe um tratamento no mínimo contestável. A questão envolve tanto o conteúdo das avaliações do passado soviético quanto sua função argumentativa: quais realizações são valorizadas, como a repressão é contextualizada e que lugar se atribui às oposições marxistas. Nessa perspectiva, a análise pode examinar quando a ênfase no fortalecimento estatal e no

desenvolvimento das forças produtivas passa a relativizar a responsabilidade política pelos meios empregados.

Na Geografia brasileira atual, Marcos Aurélio da Silva (2011) oferece um exemplo dessa atuação ao acolher, em sua resenha de *Stalin: história crítica de uma lenda negra*, de Domenico Losurdo, a revisão da imagem histórica de Stálin e reproduzir caracterizações negativas de Trotsky, associando-o ao extremismo econômico, ao universalismo abstrato e à tentativa de golpe em 1927[11]. Ao abordar a tragédia de Nazino, a resenha acompanha uma explicação centrada na deficiência de planejamento, relativizando a responsabilidade política pela violência.

Silva traduziu, em 2015, o texto de Losurdo "*Revolução de Outubro e democracia no mundo*". Na apresentação da tradução, o autor destaca a crescente circulação da obra de Losurdo no Brasil e inclui entre suas referências *Stalin: história crítica de uma lenda negra*. O texto traduzido sustenta uma reinterpretação da Revolução de Outubro a partir de sua contribuição para a superação de discriminações de gênero, classe e raça, deslocando a crítica da experiência soviética para as contradições históricas das democracias liberais e do imperialismo ocidental. Embora essa perspectiva permita problematizar a narrativa que identifica democracia e liberalismo como processos historicamente indissociáveis, ela também tende a produzir uma ênfase seletiva: a violência racial, colonial e imperialista do Ocidente é examinada em detalhe, enquanto as contradições internas da experiência soviética e os mecanismos de repressão associados à burocratização stalinista permanecem em segundo plano.

Na tese de Jabbour (2010), Stálin aparece tanto como referência teórica quanto como objeto de uma avaliação política favorável. O autor mobiliza sua formulação sobre a objetividade das leis econômicas e aprova expressamente sua definição do leninismo, qualificada como "muito acertada" (Jabbour, 2010, p. 123). Ao discutir os caminhos de desenvolvimento soviético e chinês, também contesta a "demonização" de Stálin e Mao fundada exclusivamente nas opções adotadas, enfatizando suas condições materiais (Jabbour, 2010, p. 63). Ao que parece, a figura de Stálin não é mobilizada apenas como fonte

[11] Maestri (2020) contesta a interpretação losurdiana das manifestações oposicionistas de 1927 como tentativa de golpe militar, questionando a sustentação documental dessa narrativa e o uso de Malaparte e Ruth Fischer. Sua crítica oferece um contraponto à caracterização reproduzida por Silva (2011).

bibliográfica, mas também como referência para legitimar determinadas opções políticas. Ao mencionar os "excessos" cometidos por Stálin e Mao, Jabbour (2010, p. 62) emprega uma categoria cuja abrangência permanece pouco delimitada. Novamente a argumentação sobre as condições materiais do desenvolvimento tende a relativizar ou minimizar a responsabilidade política pelos meios empregados.

Em outro momento, Jabbour (2010, p. 47), aproximando a leitura de Wallerstein da de Trotsky, afirma: "[...] em Wallerstein, assim como para Trotsky, vemos uma base teórica de negação da questão nacional". E, ademais, continua ele "como da não observância da evidência empírica de que há muito tempo o comércio internacional praticado pelos países socialistas, principalmente a China hoje" que, segundo Jabbour, "dá-se de forma planificada e não como no capitalismo, onde também nesse aspecto ainda reina a anarquia da produção" (Jabbour, 2010, p. 47).

A caracterização de Trotsky por Jabbour (2010) como referência de negação da questão nacional e de desconsideração do planejamento do comércio exterior não encontra respaldo nos textos do revolucionário russo. Em *A revolução permanente*, Trotsky incorpora a emancipação nacional às tarefas revolucionárias dos países coloniais e semicoloniais (Trotsky, 2007). Em seu artigo sobre a Ucrânia de 1939, defende explicitamente a constituição de uma república soviética independente e o direito à autodeterminação (Trotsky, 1939). Também em *A Internacional Comunista depois de Lenin* examina os planos soviéticos de exportação e importação, reconhecendo a importância do monopólio estatal do comércio exterior, embora sustente que esse instrumento regula a dependência do mercado mundial sem eliminá-la (Trotsky, 1928). Em *A revolução traída*, reafirma o papel desse monopólio entre as transformações econômicas decorrentes da Revolução de Outubro (Trotsky, 2020). A divergência reside, portanto, na avaliação dos limites da construção socialista em escala nacional. Ao apresentar essa posição como negação da questão nacional e desconhecimento do planejamento, a passagem de Jabbour obscurece distinções fundamentais da argumentação trotskista.

Esses exemplos indicam que a disputa pela memória de Stálin e do stalinismo permanece atual em escritos de intelectuais vinculados à Geografia brasileira e envolve também a representação de Trotsky e das alternativas marxistas combatidas pelo neostalinismo. Nas intervenções examinadas, a reavaliação favorável de Stálin aparece, em alguns casos,

acompanhada de caracterizações depreciativas ou simplificadoras de Trotsky, renovando controvérsias sobre sua contribuição teórica e política. A atualidade do tema reside, portanto, tanto na interpretação do passado soviético quanto na seleção e legitimação de referências marxistas no presente.

Considerações finais

A violência stalinista, a institucionalização internacional de um marxismo oficial e a estigmatização do trotskismo contribuíram para um ambiente histórico e geográfico de circulação profundamente desigual. Os circuitos vinculados ao stalinismo dispunham de recursos partidários, formativos e editoriais superiores aos das correntes dissidentes. A documentação examinada oferece evidências dessa desigualdade de circulação; sua incidência direta sobre escolhas intelectuais específicas da Geografia permanece uma hipótese dependente de fontes biográficas e institucionais. A tese do ensaio situa-se, portanto, na convergência entre condições históricas de circulação e mediações próprias do campo disciplinar, sem atribuir ao stalinismo causalidade exclusiva.

A comparação das obras revela caminhos distintos de elaboração geográfica e de interlocução com a TDDC. Milton Santos articula totalidade, lugar e formação socioespacial, oferecendo uma interpretação substantiva da realização territorial dos processos sociais. Roberto Lobato Corrêa combina a apresentação do desenvolvimento desigual e combinado como princípio dialético com mediações históricas da diferenciação regional, especialmente a divisão do trabalho e as relações de produção. Ariovaldo Umbelino de Oliveira explica a reprodução contraditória do território e das relações não capitalistas com fundamento explícito em Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins. Porto-Gonçalves, cuja trajetória registra vínculo político com o trotskismo, articula inicialmente desenvolvimento desigual e combinado, formação social e divisão internacional do trabalho, deslocando posteriormente a ênfase para a colonialidade e as territorialidades. Esses resultados mostram que reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica não avançam necessariamente juntos, exigindo uma avaliação específica de cada apropriação.

As intervenções contemporâneas examinadas mostram que a disputa pela memória de Stálin permanece presente em escritos de intelectuais vinculados à Geografia brasileira. A

valorização da interpretação revisionista de Losurdo e o tratamento da repressão permitem identificar aproximações argumentativas com o neostalinismo discutido por Maestri (2020).

A principal limitação deste estudo reside na documentação arquivística ainda insuficiente para reconstruir decisões de editoras, programas universitários, grupos de pesquisa e trajetórias individuais. Essa lacuna define uma agenda de investigação: confrontar sistematicamente apropriações geográficas com os textos originais de Trotsky; examinar currículos, bibliotecas, traduções e políticas editoriais; reconstruir redes de citação e formação; e recorrer a entrevistas, correspondências e arquivos partidários. Para as intervenções contemporâneas, cabe ainda investigar seus públicos, formas de circulação e modos de recepção, distinguindo a publicação de uma interpretação de sua efetiva incorporação à formação intelectual.

Recuperar a elaboração trotskista em sua densidade histórica exige distinguir desigualdade de combinação, demonstrar os mecanismos pelos quais determinações mundiais reestruturam formações particulares e reconstruir suas consequências para classes, alianças, escalas de ação e estratégia política. As traduções geográficas podem ampliar essa problemática ao investigar a produção capitalista do espaço, a diferenciação territorial e a agência espacial do trabalho, desde que não convertam a TDDC numa denominação genérica da heterogeneidade. Trata-se, portanto, de preservar seu núcleo histórico-relacional e político-estratégico sem negar a autonomia nem a capacidade de elaboração conceitual da Geografia.

Em seu testamento, escrito no exílio em Coyoacán, Trotsky relata que olhava pela janela e via “a larga faixa de verde sob o muro” e “o claro céu azul” (Trotsky, 1940). A imagem oferece uma última chave para este ensaio. Investigar sua “presença-ausência” na Geografia brasileira é reconstruir os caminhos pelos quais suas ideias atravessaram fronteiras, foram incorporadas a outras obras e, por vezes, perderam o reconhecimento de sua autoria e suas funções, sobretudo em decorrência da violência stalinista. Recuperar esses percursos significa também retomar as questões históricas e políticas que constituem sua elaboração teórica e podem contribuir para compreender as contradições do capitalismo, suas expressões geográficas e as possibilidades de sua superação.

Referências

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da história:** documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Manual de economia política**. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

AFANÁSSIEV, V. G. **Fundamentos da filosofia.** Tradução de K. Asryants. Moscovo: Progresso, 1982.

ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism, 1929–1985**: a documented analysis of the movement. Durham: Duke University Press, 1991.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Do partido único ao stalinismo**. São Paulo: Alameda, 2021.

ANDERSON, Perry. Trotsky's interpretation of Stalinism. **New Left Review**, London, n. 139, p. 49-58, May/June 1983.

BAHIA, Sabino. Preparação, formação e educação dos quadros do Partido: intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Problemas: Revista Mensal de Cultura Política**, n. 64, dez. 1954/fev. 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/prep.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BARKER, Colin. Beyond Trotsky: extending combined and uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 72-87.

BARNES, Trevor J. "Not only ... but also": quantitative and critical geography. **The Professional Geographer**, v. 61, n. 3, p. 292-300, 2009. DOI: 10.1080/00330120902931937.

BATISTA, Edimar Eder; SALVI, Rosana Figueiredo. Mudanças paradigmáticas: a geografia crítica e o momento histórico de seu surgimento. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 329-338, 2002. DOI: 10.5433/2447-1747.2002v11n2p329. Disponível em: https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6735. Acesso em: 28 ago. 2026.

BENSAÏD, Daniel. Comunismo contra stalinismo: uma resposta ao Livro negro do comunismo. **Rouge,** Paris, n. 1755, suplemento Dossier, 1997. Tradução de Nina Basílio. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/bensaid/1997/mes/90.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BIANCHI, Álvaro. **Trotsky em português**: esboço bibliográfico. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. 102 p. (Textos Didáticos, n. 54).

BRANDENBERGER, David; ZELENOV, Mikhail V. (ed.). **Stalin's master narrative:** a critical edition of the History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks), Short Course. New Haven: Yale University Press, 2019.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007.

BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GUARANHA, Manoel Francisco; SOUSA, Rafael Lopes de. Sistema repressivo e aparelhamento do Estado na década de 1930: o cerco policial aos trotskistas (São Paulo, 1928–1938). **Veredas: Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 4, n. 8, p. 194–232, 2021. Disponível em: https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/299. Acesso em: 25 set. 2026.

CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 40).

CHASE, William J. **Enemies within the gates?** The Comintern and the Stalinist repression, 1934-1939. Tradução de Vadim A. Staklo. New Haven: Yale University Press, 2001.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista:** categorias e leis da dialética. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista:** da Comintern ao Cominform. 2. ed. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COHEN, Stephen F. **Rethinking the Soviet experience:** politics and history since 1917. Oxford: Oxford University Press, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CRESSWELL, Tim. "Why was there this fence, a symbol of territory and separation, in this unlikely place?" – Tim Cresswell on Svalbard and poetry. **Penned in the Margins**, 10 mar. 2016. Disponível em: https://www.pennedinthemargins.co.uk/index.php/2016/03/why-was-there-this-fence-a-symbol-of-territory-and-separation-in-this-unlikely-place-tim-cresswell-on-svalbard-and-poetry/. Acesso em: 1 set. 2026.

DAVIDSON, Neil. From uneven to combined development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 10-26.

DEL ROIO, M. **A classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB (1928-1935). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEUTSCHER, Isaac. Mr E. H. Carr as historian of the Bolshevik regime. In: DEUTSCHER, Isaac. **Heretics and renegades and other essays**. London: Hamish Hamilton, 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/deutscher/1955/eh-carr.htm. Acesso em: 25 set. 2026.

DIAS, Renato. **Revolução, partido único e stalinismo.** Renato Dias, 30 jul. 2021. Disponível em: https://renatodias.online/movimento/2021/07/30/urss-um-estado-totalitario-e-policialesco/. Acesso em: 30 ago. 2026.

DUNN, Bill. Combined and uneven development as a strategic concept. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 166-179.

FIRSOV, Fridrikh I. Dimitrov, the Comintern and Stalinist repression. In: McLOUGHLIN, Barry; McDERMOTT, Kevin (org.). **Stalin's terror:** high politics and mass repression in the Soviet Union. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. p. 56-81. DOI: 10.1057/9780230523937_4.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 1, p. 11-27, 2012. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4982. Acesso em: 28 ago. 2026.

FREITAS, Weder David de. **Geografia, militância e marxismo**: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira. 2014. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GOLDMAN, Wendy Z. **Terror e democracia nos tempos de Stálin**: a dinâmica social da repressão. São Paulo: LavraPalavra, 2021.

GOMES, Horieste. Espaço/tempo em geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 105-134, jan./dez. 1983. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/items/928d80ac-82e5-45f4-a756-c6bcd6996b33. Acesso em: 28 ago. 2026.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UCG, 2007.

GORDIN, Michael D. Lysenkoism. **Encyclopedia of the History of Science**, Feb. 2022. DOI: 10.34758/d5bq-k368. Disponível em: https://ethos.lps.library.cmu.edu/article/id/560/. Acesso em: 28 ago. 2026.

HALFIN, Igal. **Intimate enemies**: demonizing the Bolshevik opposition, 1918–1928. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEROD, Andrew. Trotsky's omission: labour's role in combined and uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 152-165.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JUBERTE, Vinícius de Oliveira. **A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil:** da legalidade ao golpe (1944-1964). 2023. 399 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI:

10.11606/T.8.2023.tde-22082023-121502. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082023-121502/. Acesso em: 28 ago. 2026.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. v. 2, p. 229-254.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 2012.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. São Paulo: Record, 2006.

LEWIN, Moshe. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 7, p. 203-240.

LISBOA, Roberto Borges. A historiografia do trotskismo no Brasil dos anos 1930: o que dizem os estudos sobre o projeto político da dissidência comunista. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 14., 2013, Mendoza. **Anais [...]**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. p. 1-17. Disponível em: https://www.aacademica.org/000-010/169. Acesso em: 28 ago. 2026.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, v. 1, n. 1, p. 73-80, 1998.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. **Do partido único ao stalinismo.** São Paulo: Alameda, 2021, p. 11-14.

LUKÁCS, Georg. **The process of democratization**. Tradução de Susanne Bernhardt e Norman Levine. Albany: State University of New York Press, 1991.

LOSURDO, Domenico. Revolução de Outubro e democracia no mundo. Tradução de Marcos Aurélio da Silva. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis,** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 361-374, jan./jun. 2015. DOI: 10.5007/1807-1384.2015v12n1p361.

MAESTRI, Mário. **Domenico Losurdo:** Um Farsante na Terra dos Papagaios. Ensaios sobre o estalinismo e neo-estalinismo no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: FCM, 2020.

MANDEL, Ernest. On the nature of the Soviet State. **New Left Review,** London, n. 108, mar./abr. 1978. Disponível em: https://newleftreview.org/issues/i108/articles/ernest-mandel-on-the-nature-of-the-soviet-state. Acesso em: 1 set. 2026.

MANDEL, Ernest. Why the Soviet bureaucracy is not a new ruling class. **Monthly Review**, New York, v. 31, n. 3, 1979. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/mandel/1979/xx/sovbur.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

MARQUES, Leônidas de Santana. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil: fontes e lugares de produção. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 34, n. 1, p. 72-89,

jan./jun. 2023. DOI: 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p.72-89. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/18878. Acesso em: 28 ago. 2026.

MARQUES, Leônidas de Santana. **Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil**. 2022. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MARQUES, Leônidas de Santana. Desenvolvimento desigual e combinado na Geografia acadêmica no Brasil: uma análise da teoria em sua recepção e apropriação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 48, 2025. DOI: 10.12957/geouerj.2025.90146. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/90146. Acesso em: 28 ago. 2026.

MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 23, n. 2, p. 176-207, nov. 2017. Disponível em: https://www.verinotio.org/revistas.php?revista=23&v=2. Acesso em: 28 ago. 2026.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade". **História & Luta de Classes**, ano 10, n. 19, p. 23-29, mar. 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Lincoln. As sete vidas do stalinismo. **Cronos:** R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n. 1, p. 80–96, jan./jun., 2013.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil no período 1978–1988. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000. DOI: 10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13373.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.

MORGAN, W. John. Marxism–Leninism: the ideology of twentieth-century communism. In: WRIGHT, James D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2015. v. 14, p. 656–662. DOI: https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.93075-7.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins; GERALDI, Juliano. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? **Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 13, n. 786, 5 jun. 2008. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, abr. 2014. DOI: 10.1590/S0103-40142014000100006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100006. Acesso em: 28 ago. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 66-109.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George: elementos para uma discussão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 41-52, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1090. Acesso em: 28 ago. 2026.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil: parte II. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 29–47, jan./jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-5230.2015v30n59p29. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2015v30n59p29/30128. Acesso em: 30 ago. 2026.

PEET, Richard. The development of radical geography in the United States**. Progress in Human Geography**, v. 1, n. 2, p. 240-263, 1977. DOI: 10.1177/030913257700100203.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p. 5-30, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão - perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. DOI: 10.5433/got.2017.v3.32464. Disponível em: https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROGÓVIN, Vadim. **1937**. São Paulo: Sundermann, 2024.

ROGÓVIN, Vadim. **Havia alternativa ao stalinismo?** São Paulo: Sundermann, 2023.

ROSENBERG, Justin. Why is there no international historical sociology? **European Journal of International Relations**, London, v. 12, n. 3, p. 307-340, set. 2006. DOI: 10.1177/1354066106067345. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066106067345. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCARIM, Paulo Cesar. Entrevista com Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Geografares**, Vitória, v. 3, n. 37, p. 7-50, 1 dez. 2023. DOI: 10.47456/geo.v3i37.42967. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/42967. Acesso em: 28 ago. 2026.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. A questão nacional e a revolução brasileira em Nelson Werneck Sodré: contextualização e evolução. **Ciências Sociais em Revista**, São Leopoldo, v. 57, n. 3, p. 347-357, 2021. DOI: 10.4013/csu.2021.57.3.08. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/16678. Acesso em: 28 ago. 2026.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **História do PCB**. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

SILVA, Armando Corrêa da. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983: as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 73–140, 1984.

SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 52, p. 93-100, 1976. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/96. Acesso em: 28 ago. 2026.

SILVA, Marcos Aurélio da. Para entender Stalin e o "stalinismo". **Fundação Maurício Grabois**, 29 jun. 2011. Disponível em: https://grabois.org.br/2011/06/29/para-entender-stalin-e-o-stalinismo/. Acesso em: 29 set. 2026.

SMITH, Neil. The geography of uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 180-195.

SMITH, Neil. **Uneven development:** nature, capital, and the production of space. 3. ed. Athens: University of Georgia Press, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck (org.). **Fundamentos do materialismo dialético.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**: geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1976.

STÁLIN, J. **O materialismo dialético e o materialismo histórico.** São Paulo: Global, 1978.

STÁLIN, J. **Problemas econômicos do socialismo na URSS.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1985.

STÁLIN, J. V. **Sobre os fundamentos do leninismo**. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2018.

STUDER, Brigitte. **The transnational world of the Cominternians**. Tradução de Dafydd Rees Roberts. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. DOI: 10.1057/9781137510297.

TABAK, Salomão; KONDER, Victor. A divulgação das obras de Stálin no Brasil. **Problemas: Revista Mensal de Cultura Política**, n. 23, dez. 1949. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/23/obras.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. DOI: 10.5801/ncn.v12i2.324. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324. Acesso em: 28 ago. 2026.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Sundermann, 2020.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2017.

TROTSKY, Leon. Testamento. **Marxists Internet Archive,** 27 fev. 1940. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/02/27.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

TROTSKY, Leon. **The Stalin School of Falsification.** Tradução de Max Shachtman. New York: Pioneer Publishers, 1937. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1937/ssf/. Acesso em: 25 set. 2026.

TROTSKY, Leon. The workers' State, Thermidor and Bonapartism. **The New International,** New York, v. 2, n. 4, jul. 1935. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

TROTSKY, Leon. The dependence of the USSR on world economy. In: TROTSKY, Leon. **The Third International after Lenin.** [S. l.]: Marxists Internet Archive, [s. d.]. cap. 1, seção 7. Texto original de 1928. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1928/3rd/ti02.htm. Acesso em: 2 out. 2026.

TROTSKY, Leon. **The problem of the Ukraine.** [S. l.]: Marxists Internet Archive, [s. d.]. Texto datado de 22 abr. 1939. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/04/ukraine.html. Acesso em: 2 out. 2026.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Western Marxism and the Soviet Union**: a survey of critical theories and debates since 1917. Leiden: Brill, 2007. Disponível em: https://www.historicalmaterialism.org/book-series/western-marxism-and-the-soviet-union/. Acesso em: 1 set. 2026.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

WALKER, Rachel. Marxism-Leninism as discourse: the politics of the empty signifier and the double bind. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 19, n. 2, p. 161-189, 1989. DOI: 10.1017/S0007123400005421.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, André Luis Amorim de. Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 116, p. 724–761, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/swrytq17

Recebido em 12 de outubro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Geografia pela mesma instituição e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas nos campos da Geografia Humana, Agrária, Econômica e do Trabalho.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar